

AFROS & AMAZÔNICOS



O LEGADO DA ESCRAVIDÃO: ESTRATÉGIAS DE CONTROLE E DESIGUALDADE RACIAL NO BRASIL COLONIAL E IMPERIAL

The Legacy of Slavery: Strategies of Control and Racial Inequality in Colonial and Imperial Brazil

Alexandre Henrique Alves de Oliveira*

Rogério Sávio Link**

Resumo: Este artigo analisa as estratégias de escravização e opressão utilizadas pelos colonizadores portugueses na África e no Brasil, destacando como o tráfico transatlântico e o sistema escravista foram mantidos por séculos. Aborda as táticas de dominação, desde a desestabilização social dos escravizados até a marginalização dos libertos, impedidos de ascender economicamente. Examina o processo gradual de abolição, marcado por leis como a Eusébio de Queirós e a Lei Áurea, e a resistência dos escravocratas para preservar seus interesses. Demonstra como a exclusão social e a falta de políticas públicas após a abolição perpetuaram a desigualdade racial. Conclui que o legado da escravidão ainda se reflete na sociedade brasileira, reforçando a necessidade de educação e políticas públicas para combater o racismo e promover a igualdade.

Palavras-chave: Escravidão; Opressão; Desigualdade racial; Abolicionismo; Legado histórico.

Introdução

Este artigo tem como objetivo analisar as ações dos colonizadores portugueses na África e no Brasil para estabelecer e manter o sistema escravista no território brasileiro. Busca-se compreender as estratégias utilizadas para sustentar esse sistema, bem como as medidas adotadas para impedir a liberdade da população africana escravizada e de suas gerações posteriores, que permaneceram subjugadas ao regime escravocrata. O tráfico de escravizados entre portugueses e africanos foi marcado por uma articulação eficiente, permitindo que o sistema perdurasse por séculos, mais do que em qualquer outra região do mundo.

* Licenciado em História. Mestrando em História do Programa de Pós-Graduação em História da Amazônia.

** Professor do Departamento de História da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Licenciado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Doutor em História pela UFRGS (2016). Pós-doutor em História Indígena pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

A problemática central desta pesquisa consiste em identificar como essas ações e opressões contribuíram para a construção de um sistema de desigualdade social no Brasil, especialmente no que diz respeito às disparidades entre brancos e negros. Essas desigualdades refletem-se em diversos aspectos da vida social, como, por exemplo, no sistema carcerário: “Em 2023, 69,1% dos encarcerados são negros, seguidos por 29,7% de brancos. Para amarelos e indígenas, os percentuais foram, respectivamente, de 1% e 0,2%” (FBSP, 2023, p. 360). Esses dados, extraídos do *Anuário Brasileiro de Segurança Pública* de 2024, evidenciam a persistência de desigualdades estruturais. Ressalta-se que este estudo limita-se ao período correspondente à colonização e ao Império no Brasil. Embora a escravidão não seja o único fator determinante para a desigualdade social, é inegável sua influência na configuração da realidade atual, especialmente quando analisamos as resistências e os movimentos emancipatórios que se confrontaram com os interesses dos grandes proprietários de terras. A escravidão, portanto, é um



dos pilares fundamentais para compreender as desigualdades raciais e sociais no Brasil contemporâneo.

A pesquisa baseia-se em fontes historiográficas produzidas por autores renomados e especialistas no tema da escravidão no Brasil. Entre eles, destacam-se Jacob Gorender, cujas obras abordam a escravidão em sua dimensão social e representativa, e Luiz Felipe de Alencastro, autor de *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*, obra fundamental para compreender o tráfico atlântico. Esses autores, entre outros, fornecem subsídios para uma análise detalhada das estratégias de opressão contra os escravizados, desde o tráfico transatlântico até as lutas por emancipação no Brasil. A linha cronológica adotada neste trabalho identifica pontos convergentes nas obras desses autores, destacando como, mesmo após a alforria, os negros enfrentavam barreiras explícitas ao progresso social devido ao racismo estrutural.

O impulso inicial para esta pesquisa surgiu a partir da leitura de uma entrevista com o professor Jairo Pereira de Jesus, cujas reflexões sobre africanidade e negritude são profundamente enriquecedoras. Um trecho específico chamou a atenção e motivou a elaboração deste artigo:

O bairro de Amado Bahia, a localização é majoritariamente habitada por população preta de cuja contingente populacional é composta por uma grande quantidade de crianças, adolescentes e jovens, destacando-se um número expressivo de mulheres e jovens na sua maioria pretos organizados em diversas facções e alta incidência de gravidez, fruto dos relacionamentos das meninas com os meninos pretos, invariavelmente das facções. (LOPES, 2020, p. 296).

Essa citação, aliada aos dados sobre desigualdade racial no sistema carcerário, serve como ponto de partida para a análise proposta neste artigo. A predominância de negros em situações de vulnerabilidade social, seja no sistema prisional ou na precariedade educacional, reflete uma realidade histórica e estrutural da sociedade

brasileira. Esses dados, embora possam parecer desafiadores, são fundamentais para compreender o panorama social do país.

Essa realidade não é fruto de eventos isolados, mas sim de séculos de exploração e opressão. A desigualdade racial e social no Brasil é resultado de um processo histórico que remonta ao período colonial e escravocrata. Nesse sentido, este artigo propõe-se a analisar dois eixos centrais que marcaram esse processo de opressão:

- 1) *O domínio do mercado escravista no Brasil*: as estratégias utilizadas para manter o controle sobre a população escravizada.
- 2) *A opressão sistemática da população negra*: as barreiras impostas para impedir a ascensão social dos negros, mesmo após a abolição da escravidão.

Esses dois pontos foram fundamentais para a consolidação de um sistema de desigualdades que perdura até os dias atuais.

A chegada dos portugueses e o estabelecimento do tráfico transatlântico

O continente africano, antes da chegada dos portugueses, é frequentemente retratado pelo senso comum como um lugar de miséria. No entanto, essa visão é reducionista e não reflete a complexidade das sociedades africanas da época. Como aponta Correia (2013, p. 42), “o que faltava nessas regiões era um excedente visível, pois sua produção era consumida imediatamente, sem que se pensasse no futuro e nas atividades comerciais possíveis”. Relatos de missionários, citados pelo mesmo autor, descreviam as aldeias africanas como lugares de grande pobreza. Contudo, não se tratava apenas de miséria, mas também de estruturas de poder. No Congo, por exemplo, havia uma hierarquia social bem definida, composta por nobres e reis, responsáveis pela cobrança de impostos, que muitas vezes recaíam de forma pesada sobre a população.



A escravidão já era uma prática presente no continente africano antes da chegada dos europeus. Como destaca Correia (2013, p. 47), “uma das bases fundamentais das sociedades africanas era o controle sobre pessoas (...). Os escravos tornaram-se, assim, uma forma muito importante na produção de dependentes e bastante difundida em inúmeras sociedades africanas”. A escravidão, portanto, não era um fenômeno exclusivo da África, mas uma prática que existia em diversas partes do mundo desde a antiguidade. No Império Romano, por exemplo, a escravidão foi institucionalizada e serviu de base para os quadros legais do Ocidente. No entanto, como ressalta Mattos (2016, p. 215), depois da Escravidão Romana, vem “Escravidão Maometana. É ela que persiste ainda hoje e constitui a dificuldade máxima do Problema da África (...)”. O islamismo, nesse sentido, teve influência significativa na escravidão africana, especialmente no tráfico de escravizados para o mundo árabe.

Inicialmente, os portugueses foram atraídos para a África pelo ouro, que era exportado para os países islâmicos. No entanto, logo perceberam que o continente oferecia outra mercadoria altamente lucrativa: os escravos. Como observa Silvério (2013, p. 18), “a tradição de exportar escravos para os países árabes tinha suas raízes no passado de uma grande parte do continente, em particular, do Sudão”. A África Ocidental produzia o que necessitava para subsistência, mas a aproximação de muçulmanos ligados a diversas etnias e grupos, especialmente nas regiões próximas ao Sudão, introduziu uma nova dinâmica de trocas comerciais, incluindo a troca de seres humanos.

O tráfico de escravizados pelos portugueses não surgiu de forma abrupta, mas foi resultado de um processo gradual de contato e observação da cultura africana. Como descreve Alencastro (2000, p. 45), “de começo, o trato negreiro ocorre apenas em certas partes do litoral, porquanto o comércio varava sentido ao norte-sul ou corria pelas feiras do Sudão oriental”. Ini-

cialmente, os portugueses tentaram capturar escravizados diretamente, mas essa estratégia mostrou-se falha. Um exemplo emblemático foi o caso de Estevão Afonso, um jovem mercador que morreu ao tentar escravizar um habitante da Guiné. A partir de então, os portugueses passaram a se aproveitar do mercado de escravos já existente na África, especialmente na região da Guiné. Como ressalta Alencastro (2000, p. 46), “várias sociedades mercantis subsaarianas conheciam o valor mercantil do escravo”.

O tráfico de escravos pelos portugueses e espanhóis começou com o deslocamento de africanos para a Europa, onde eram utilizados em tarefas domésticas e artesanais. No entanto, foi no continente americano que o mercado escravista encontrou sua maior expansão. Uma região crucial para esse comércio foi o reino do Congo, especialmente a área conhecida como Sonho, localizada na foz do rio Zaire. Como destaca Correia (2013, p. 59), “o Sonho era uma das regiões sob autoridade do reino do Congo, localizado na foz do rio Zaire. Foi a primeira região a entrar em contato com os portugueses em 1483 e também a ter seu chefe batizado”. Foi a partir desse contato que o tráfico de escravos ganhou proporções maiores, transformando-se em um comércio global de exploração humana.

O sucesso do tráfico de escravos chamou a atenção de outros europeus, que passaram a competir com os portugueses pelo controle desse lucrativo negócio. Como observa Azevedo (2010, p. 367), “a presença de outros europeus incomodava os portugueses, pois comprometia o monopólio de suas transações no Atlântico Sul com os reis africanos”. Para manter seu domínio, os portugueses recorreram a alianças com os reis africanos, utilizando-se também da religião cristã como ferramenta de persuasão. O rei do Congo, por exemplo, converteu-se ao cristianismo e adotou o nome de Dom João I. Seu sucessor, Dom Afonso I, venceu uma batalha contra os animistas, alegando ter tido vi-



sões cristãs durante o combate. A religião, portanto, foi utilizada como justificativa moral para a escravidão, com o discurso de que os africanos estavam sendo “salvos” ao serem convertidos ao cristianismo.

No entanto, nem todos os reinos africanos aceitaram passivamente o domínio português. O Congo, por exemplo, tentou resistir ao comércio de escravos, chegando a solicitar navios ao rei de Portugal para controlar o tráfico. No entanto, a resposta portuguesa foi evasiva, alegando que o comércio era livre. Como ressalta Azevedo (2010, p. 367), “o rei português se deslizaava diante da situação, alegando que o comércio era livre”. Em Angola, a rainha Jinga também tentou resistir aos portugueses, aliando-se aos holandeses. No entanto, após a saída dos holandeses de Luanda, Jinga voltou a negociar com os portugueses, temendo uma invasão ao seu reino. Como destaca Azevedo (2010, p. 367), “Jinga voltou a negociar com os portugueses, porque não desejava ver seu reino invadido. Tinha também o intuito de reaver sua irmã, Dona Bárbara, refém dos portugueses”.

O tráfico de escravos, portanto, foi um empreendimento complexo, que envolveu alianças, conflitos e estratégias de dominação. Como ressalta Alencastro (2000, p. 76), “a rede de fortins interiores que destrancava o trato sertanejo, drenando-o para Luanda e Benguela, será um trunfo para o domínio multissecular de Portugal no Atlântico Sul”. O comércio de escravos tornou-se uma atividade altamente lucrativa, sustentada pela violência e pela coerção.

Os africanos trazidos para o Brasil eram desenraizados de suas comunidades de origem, o que facilitava seu controle pelos senhores de escravos. Como observa Gorender (2016a, p. 168), “os africanos chegaram ao Brasil já destribalizados, arrancados do meio social originário e convertidos à força em indivíduos desocializados”. Essa estratégia de desestabilização social foi fundamental para a manu-

tenção do sistema escravista, evitando a formação de resistências organizadas.

No Brasil, os escravos eram submetidos a um regime de violência e coerção, que visava garantir sua submissão e produtividade. Como destaca Gorender (2016b, p. 39), “os castigos utilizados tão somente no caso de inadaptação do escravo à sua condição. O escravo fugitivo – um inadaptado à própria comunidade dos seus pares, um inadaptado social”. A violência era uma ferramenta de controle, mas também um meio de garantir a lucratividade do sistema escravista. Como ressalta Gorender (2016b, p. 37), “o processo implícito na identificação jurídica do escravo à mercadoria e no emprego constante da coerção brutal e desumanizadora contra a sua pessoa”.

Apesar da violência, os escravos encontraram formas de resistir, seja através de fugas, seja através da formação de quilombos. No entanto, essas resistências eram frequentemente reprimidas com brutalidade. Como observa Leite (2017, p. 64), “as fugas de escravos eram, com frequência, mencionadas em anúncios de jornais, feitos pelos proprietários que procuravam seus cativos fugidos”. Quando capturados, os fugitivos eram submetidos a castigos físicos severos, como açoitamentos e torturas, com o objetivo de aterrorizar os demais escravos.

Os quilombos, por sua vez, representavam uma forma de resistência coletiva, reunindo escravos fugidos, libertos, indígenas e até mesmo brancos. No entanto, esses refúgios eram constantemente atacados por expedições militares e capitães-do-mato. Como destaca Leite (2017, p. 64), “à medida que os quilombos iam surgindo, cada vez em maior número e em diferentes locais, a repressão aumentava”.

Em suma, o sistema escravista foi mantido através de uma combinação de violência, coerção e estratégias de dominação. A “liberdade” concedida aos escravos após a abolição foi, em muitos aspectos, incompleta, pois as estruturas de



desigualdade e opressão permaneceram enraizadas na sociedade brasileira.

Opressão e resistência: do período escravista ao pós-abolição

Na leitura do artigo *A política dos homens de cor no tempo da Independência*, de Ubiratan Castro de Araújo, o autor analisa o panorama social da sociedade brasileira e aponta como os homens negros eram relegados a uma posição secundária na participação econômica e social do país, sempre em situação de inferioridade, submissão e depreciação.

Ao examinar a sociedade escravocrata baiana no final do século XVIII, Araújo destaca a composição étnica da população: “Para a grande maioria da população urbana composta pelos descendentes de africanos, 37,3% eram escravos e 41,8% eram livres de cor” (MATTOSO, 1986, p. 99 apud ARAÚJO, 2004, p. 255). Esses dados demonstram que, embora os negros fossem a maioria da população de Salvador, isso não se traduzia em coesão ou força política dentro da sociedade.

Araújo também ressalta que, embora o processo de abolição ainda não tivesse começado no Brasil, as ideias revolucionárias trazidas pela Revolução Francesa começavam a influenciar a colônia portuguesa na América. Essas ideias foram plantadas na mente da população que se articulava para a Independência. Outro aspecto marcante em sua análise é a situação da população negra no mercado de trabalho: “Impedidos absolutamente de qualquer ascensão socioprofissional pela mácula da cor e pelo estigma do trabalho manual, terminavam convivendo e competindo na cidade com o trabalho escravo, condição da qual estavam muito próximos e da qual queriam escapar” (ARAÚJO, 2004, p. 256).

Essa inferiorização no acesso ao emprego condicionou os negros a uma posição social baixa, vivendo em condições precárias. Essa realidade foi transmitida para as gerações futuras, perpetuando a desigualdade. Como poderiam investir em

educação se o acesso a alimentos e empregos dignos já lhes era negado? A sociedade oferecia apenas as piores condições de sobrevivência, reservando os melhores cargos para os brancos reinóis e, em segundo plano, para os brancos nascidos no Brasil.

Mesmo nas forças armadas, não havia espaço para a ascensão econômica e social dos negros. Para muitos, seguir a carreira militar era uma espécie de prisão perpétua, marcada por soldos insuficientes, castigos físicos e pouca mobilidade de patente. Como observa Araújo (2004, p. 257), “a diferença de cor desempenha um papel muito importante na dinâmica das deserções. Para o branco pobre, a deserção abre as portas de uma vida nova no interior da Capitania, onde ele é absorvido pelas populações locais como um igual. Para o soldado preto ou mulato, a deserção funciona mais como uma prática de rebeldia”. O desertor negro ou mulato era rejeitado pelas populações interioranas, sendo forçado a vagar pelos sertões em grupos de salteadores ou a se reintegrar à tropa, tornando-se um desertor contumaz.

A cor da pele, portanto, continuava a ser um fator determinante no acesso a oportunidades, mesmo em um país de extensão territorial considerável como o Brasil. Como ressalta Araújo (2004, p. 259), “ao contrário das Antilhas, onde o mar delimitava os pequenos espaços insulares dos quais era praticamente impossível ao escravo escapar, a área açucareira na Bahia tinha atrás de si vastos sertões de terras contínuas”. No entanto, essas terras eram controladas por uma minoria de proprietários, limitando a mobilidade da população negra liberta, fugida ou desertora.

O fim da escravidão não significou o fim da desigualdade. Pelo contrário, ela deixou um legado de contrastes sociais nítidos. A abolição ocorreu de forma gradual, com a promulgação de leis como a Lei Bill Aberdeen (1845), a Lei Eusébio de Queirós (1850), a Lei do Ventre Livre (1871), a Lei do Sexagenário (1885) e, finalmente, a



Lei Áurea (1888). Sobre a primeira dessas leis, Gorender (2016b, p. 159) observa: “O poderio do escravismo brasileiro se evidenciou pela prática ilegal do tráfico africano durante vinte anos, anulando os esforços em sentido contrário da Inglaterra, maior potência mundial da época”.

A pressão inglesa pelo fim da escravidão tinha motivações econômicas, visando transformar escravos em assalariados e abrir novos mercados consumidores. No entanto, para o Brasil, o fim do tráfico representava uma ameaça ao sistema latifundiário. A Guerra do Paraguai (1864-1870) trouxe um alívio parcial para alguns escravos, pois aqueles que lutassem na guerra ganhariam a liberdade. Essa experiência despertou nos negros a aspiração por cidadania e liberdade, especialmente após a vitória do Brasil e seus aliados.

Nos anos 1860, surgiu uma opinião pública favorável à abolição, impulsionada por ideologias como o Iluminismo e a Revolução Francesa. Como destaca Gorender (2016b, p. 162), “justamente nos anos 1860 desponta uma opinião pública favorável à abolição. Surgem as primeiras associações abolicionistas, dedicadas à propaganda e à coleta de donativos para compra de alforrias”.

O governo imperial, por sua vez, começou a estudar projetos de emancipação. Em 1867, Dom Pedro II mencionou a possibilidade de abolir a escravidão “em tempo oportuno”, desde que respeitasse a propriedade e não prejudicasse a agricultura. Um projeto de emancipação foi elaborado, prevendo a libertação dos filhos de escravas e a criação de um fundo para custear alforrias. No entanto, como observa Gorender (2016b, p. 177), “no período 1873-1883, das despesas feitas pelo Fundo de Emancipação, apenas 6,6% resultaram da contribuição do pecúlio dos escravos”. O fundo foi marcado por fraudes e negociações, evidenciando a manipulação do processo de abolição pelos escravocratas.

Apesar das ações dos abolicionistas, Gorender (2016b, p. 166) argumenta que

o fim da escravidão foi principalmente resultado de uma transição controlada pela própria classe escravocrata: “Os estadistas da escravocracia é que organizaram a transição do trabalho escravo ao trabalho livre e o fizeram de maneira ordenada, pacífica e consensual”. No entanto, Albuquerque (2006, p. 175) ressalta que os escravos também tiveram um papel ativo no processo, através de fugas, formação de quilombos e rebeldia cotidiana.

A Lei Eusébio de Queirós (1850), que proibiu o tráfico de escravos, foi seguida pela Lei de Terras (1850), que dificultou o acesso à terra para os libertos. Como observa o artigo 2º da Lei de Terras, “os que se apossarem de terras devolutas ou de alheias, e nelas derribarem matos ou lhes puserem fogo, serão obrigados a despejo, com perda de benfeitorias, e de mais sofrerão a pena de dois a seis meses de prisão e multa de 100\$” (BRASIL, 1850, p. 307). Essa lei garantiu o controle das terras pelos grandes proprietários, impedindo que os libertos adquirissem propriedades e consolidando sua dependência econômica.

A substituição da mão de obra escrava por imigrantes europeus também contribuiu para a marginalização dos negros no mercado de trabalho. Como observa Gorender (2016b, p. 178), “delineia-se claramente a tendência de passagem da criminalidade predominantemente individual, na década de 1870, para os atos coletivos organizados, na década de 1880”. Essa mudança refletia a exclusão social dos negros, que foram empurrados para a marginalidade.

A abolição da escravidão em 1888 não resolveu os problemas sociais dos libertos. Muitos permaneceram nas fazendas, tentando negociar melhores condições de trabalho. Como observa Albuquerque e Filho (2006, p. 198), “muitos ex-escravos tentaram negociar as condições para sua permanência nas fazendas”. No entanto, a falta de políticas públicas para integrar os libertos à sociedade perpetuou a desigualdade.



A luta por direitos continuou após a abolição, especialmente no que se refere às condições de trabalho e acesso à educação. Como destaca Mendonça (2014, p. 46), “a abolição não havia sido o ponto final. A conclusão só se faria quando aos trabalhadores fossem dados direitos que até então lhes eram negados”. A exclusão educacional dos negros também contribuiu para o abismo social que persiste até os dias atuais.

Conclusão

As estratégias de escravização foram marcadas por negociações entre países africanos e Portugal, com o governo português insistindo em manter um sistema que sempre lhe fosse favorável. O pacto colonial foi fundamental para consolidar esse regime. Além disso, os portugueses desenvolveram táticas eficazes para manter os escravizados em situação de opressão, estendendo essa dominação mesmo aos alforriados, que eram condenados a uma vida de miséria e imobilidade econômica. As estratégias dos grandes proprietários para impedir o fim da escravidão também foram cruciais para prolongar esse sistema.

No século XIX, mesmo com o surgimento de leis abolicionistas e movimentos em prol da liberdade, a desigualdade social persistiu. A escravidão, embora gradualmente abolida, deixou um legado de exclusão social que continua a afetar a população negra até os dias atuais. Como demonstrado ao longo deste artigo, a abolição não foi suficiente para garantir a integração dos libertos à sociedade, pois faltaram políticas públicas que lhes oferecessem oportunidades reais de ascensão social e econômica.

Esta pesquisa evidenciou que há uma lacuna histórica entre o fim da escravidão e a realidade atual, uma lacuna que precisa ser preenchida por estudos mais aprofundados de sociólogos, historiadores e educadores. Espera-se que este trabalho tenha contribuído para a compreensão das estratégias de opressão utilizadas durante

o período colonial e escravocrata, destacando como essas práticas moldaram as estruturas sociais que persistem até hoje.

Ainda persiste em nossa sociedade um discurso depreciativo e racista, que busca manter o desequilíbrio social e rebaixar indivíduos pela cor de sua pele. Esse discurso precisa ser combatido com urgência, e a educação é a ferramenta mais poderosa para essa transformação. A educação deve começar nos lares, onde piadas e comentários depreciativos precisam ser extintos, assim como a escravidão foi abolida. No âmbito escolar, é necessário um trabalho de conscientização e problematização que promova a igualdade e a justiça social. Uma educação forte, baseada em ideais igualitários e verdadeiros, é capaz de gerar mudanças significativas na vida dos jovens e na sociedade como um todo.

Além disso, é fundamental que o governo cumpra seu papel na promoção da igualdade racial, aplicando leis contra o racismo e implementando políticas públicas que combatam a discriminação e a desigualdade social. Somente com esforços conjuntos – da família, da escola e do Estado – será possível superar o legado da escravidão e construir uma sociedade verdadeiramente justa e igualitária.

Referências

- ALBUQUERQUE, Wlamyra; FILHO, Walter Fraga. **Uma história do negro no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ARAÚJO, Ubiratan Castro de. A política dos homens de cor no tempo da Independência. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 18, n. 50, p. 253-269, 2004.
- AZEVEDO, Amailton Magno. África, Diáspora e o Mundo Atlântico na Modernidade: perspectivas historiográficas. **Cadernos de Pesquisa do CDHIS**, Uberlândia, v. 23,



n. 2, p. 361-374, jul./dez. 2010. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php>. Acesso em: [inserir data de acesso].

BRASIL. **Coleção das Leis do Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1850. v. 1, p. 307.

CORREIA, Stephanie. **O reino do Congo e os miseráveis do mar. O Congo, o Sonho e os holandeses no Atlântico – 1600 – 1650**. 2013. 213 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br>. Acesso em: [inserir data de acesso].

FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva; BICALHO, Maria Fernanda Baptista. Uma leitura do Brasil colonial: bases da materialidade e da governabilidade no Império. **Penélope: revista de história e ciências sociais**, Lisboa, n. 23, p. 67-88, 2000. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/ejemplar/194631>. Acesso em: [inserir data de acesso].

GORENDER, Jacob. **A escravidão reabilitada**. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Perseu Abramo, 2016a.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. 6. ed. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Perseu Abramo, 2016b.

LEITE, Maria. Tráfico Atlântico, Escravidão e Resistência no Brasil. **Sankofa: Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana**, São Paulo, ano X, n. XIX, p. [inserir páginas], ago. 2017.

LOPES, Claudemira. O que Fomos (África Pré-Colonial)? O que Fizemos de nós (Colonialismo)? O que Poderemos Voltar a Vir a Ser (Educação para a Descolonização dos Saberes)? **Interterritórios: Revista de Educação**, Caruaru, v. 6, n. 12, 2020.

MATTOS, Hebe. Escravidão e subjetividades: no Atlântico luso-brasileiro e francês

(Séculos XVII-XX). In: COTTIAS, Myriam; MATTOS, Hebe (org.). **Escravidão e subjetividades no Atlântico luso-brasileiro e francês**. Marseille: OpenEdition Press, 2016. Disponível em: <https://books.openedition.org/oep/778>. Acesso em: [inserir data de acesso].

SILVÉRIO, Roberto. **Síntese da coleção – História Geral da África: Séculos XVI ao XX**. Brasília: UNESCO; MEC; UFSCar, 2013.

-----/-----

Abstract: This article examines the strategies of enslavement and oppression used by Portuguese colonizers in Africa and Brazil, highlighting how the transatlantic slave trade and the slave system were maintained for centuries. It addresses tactics of domination, from the social destabilization of the enslaved to the marginalization of freed individuals, who were prevented from economic advancement. It explores the gradual process of abolition, marked by laws such as the Eusébio de Queirós Law and the Golden Law, and the resistance of slaveholders to preserve their interests. It demonstrates how social exclusion and the lack of public policies after abolition perpetuated racial inequality. It concludes that the legacy of slavery is still reflected in Brazilian society, reinforcing the need for education and public policies to combat racism and promote equality.

Keywords: Slavery; Oppression; Racial inequality; Abolitionism; Historical legacy.

Resumen: Este artículo analiza las estrategias de esclavización y opresión utilizadas por los colonizadores portugueses en África y Brasil, destacando cómo el tráfico transatlántico y el sistema esclavista se mantuvieron durante siglos. Aborda las tácticas de dominación, desde la desestabilización social de los esclavizados hasta la marginalización de los libertos, impedidos de ascender económicamente. Examina el proceso gradual de abolición, marcado por leyes como la Ley Eusébio de Queirós y la Ley Áurea, y la resistencia de los esclavistas para preservar sus intereses. Demuestra cómo la exclusión social y la falta de políticas públicas después de la abolición perpetuaron la desigualdad racial. Concluye que el legado de la esclavitud aún se refleja en la sociedad brasileña, reforzando la necesidad de educación y políticas públicas para combatir el racismo y promover la igualdad.

Palabras clave: Esclavitud; Opresión; Desigualdad racial; Abolicionismo; Legado histórico

Submetido em 10 de julho de 2024.

Aceito em 15 de setembro de 2024.